

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS**  
**COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL – CAESB**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 194/2012.**

Tipo de Licitação: Menor Preço.

Recebimento das Propostas até: às 8h30 do dia 16 de janeiro de 2013.

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 10h do dia 16 de janeiro de 2013.

Processo: 092.007720/2012

Fonte de Recurso:

-Orçamentários: Atividade/Subtítulo 17.122.6004.8517/6977

-Financeiros: Próprios da Caesb 11.101.000.000-3

Setor Solicitante: Diretoria de Gestão

A Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - Caesb (CNPJ 00.082.024/0001-37 e IE 07.324.667/001-67) torna público que realizará a licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, pelo sistema eletrônico licitações-e no site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br). O Pregão será realizado por Pregoeiro e Equipe de Apoio e será regido pela Lei nº 10.520/2002, regulamentado pelo Decreto Federal nº 5.450/2005, pela Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Federal nº 3.931/2001 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, além das demais Normas pertinentes e condições estabelecidas neste edital.

## **1. OBJETO**

- 1.1. O presente edital fornece às empresas interessadas os elementos necessários à apresentação de propostas para o **Registro de Preços** para prestação de serviços de manutenção, contemplando fornecimento, remanejamento, montagem e desmontagem de paredes, divisórias e mobiliários, bem como a disponibilização dos materiais, mão de obra, ferramentas e equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços, conforme quantidades e especificações técnicas constantes no(s) anexo(s).
- 1.2. A licitação é composta por 1 lote(s) e as especificações do(s) objeto(s) constam do Termo de Referência, anexo I, do edital.
- 1.3. O Sistema de Registro de Preços não obriga a compra, nem mesmo nas quantidades indicadas no anexo I, podendo a Administração promover a aquisição em unidades de acordo com suas necessidades.
- 1.4. Todos os materiais, peças, equipamentos e serviços (mão de obra) necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado são de responsabilidade exclusiva da contratada, devendo fazer parte da sua proposta.
- 1.5. Vistoria Técnica

- 1.6. Sugere-se que a licitante visite e examine o local dos serviços e obtenha, para sua própria utilização, por sua exclusiva responsabilidade, conta e risco, toda a informação necessária para elaboração de sua proposta e eventual execução do contrato. Todos os custos associados com a visita, assim como quaisquer outras despesas com a elaboração da proposta, serão arcados pela licitante.

## **2. PREÇO**

- 2.1. O valor estimado pela Caesb do presente processo licitatório é de **R\$ 2.151.367,70 (dois milhões, cento e cinquenta e um mil, trezentos e sessenta e sete reais e setenta centavos)**
- 2.2. A Caesb não se responsabiliza pelos quantitativos apresentados. Os quantitativos apresentados na planilha orçamentária da Caesb, do edital, servem apenas como um referencial, sendo de obrigação da licitante efetuar o levantamento de todos os quantitativos para elaboração de sua proposta, não cabendo nenhuma reclamação posterior à assinatura do contrato.
- 2.3. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência do registro, admitida revisão quando houver desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial da Ata, nos termos da legislação que rege a matéria.
- 2.4. A contratada ficará obrigada a executar o objeto pelo preço constante de sua proposta, no qual obrigatoriamente deverão estar incluídos todos os custos, diretos e indiretos, além dos encargos de qualquer natureza (seguros em geral, direitos autorais, royalties, taxas, encargos e custos financeiros, impostos, tarifas, fretes) e outras quaisquer despesas que se fizerem necessárias.

## **3. PRAZO PARA EXECUÇÃO DO OBJETO**

- 3.1. O prazo total para execução do objeto consta do Termo de Referência, anexo I, do edital.
- 3.2. O prazo de vigência da ata de registro de preço a ser assinado com a licitante vencedora será de 12 (doze) meses, contado a partir da publicação do Extrato da ata de registro de preço no Diário Oficial do Distrito Federal.

## **4. LOCAL DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

- 4.1. O local de execução do objeto consta do Termo de Referência, anexo I, do edital.

## **5. ESCLARECIMENTOS DE DÚVIDAS SOBRE O EDITAL**

- 5.1. Esclarecimentos de dúvidas sobre o edital desta licitação só serão atendidos mediante solicitação, por escrito e enviadas pelo e-mail: [pregao@caesb.df.gov.br](mailto:pregao@caesb.df.gov.br), ou entregues na Assessoria de Licitações - PRL, localizada no Centro de Gestão Águas Emendadas, situado na Avenida Sibipiruna, Lotes 13, 15, 17, 19 e 21, Bloco "B" – Araguaia, térreo, Águas Claras, Distrito Federal, CEP: 71928-720, telefone: (61) 3213-7122, em até 03 (três) dias

úteis antes da data final marcada para o recebimento das propostas, no horário das 08h30min às 11h30min e das 14h às 17h.

- 5.2. Para que os questionamentos sejam respondidos, a licitante interessada deverá informar sua razão social completa, número de CNPJ, telefones e e-mail.
- 5.3. A Caesb responderá às questões formuladas – que passarão a fazer parte do edital – pelo mesmo meio utilizado para as perguntas e/ou diretamente no site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), até às 17 (dezessete) horas do dia útil anterior à data marcada para o recebimento das propostas.
- 5.4. Em nenhuma hipótese serão aceitos entendimentos verbais entre as partes.

## **6. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**

- 6.1. Qualquer pessoa poderá impugnar o edital, desde que o faça em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, exclusivamente através do e-mail [pregao@caesb.df.gov.br](mailto:pregao@caesb.df.gov.br), anexo em formato PDF, devendo informar razão social completa, nome do representante, CNPJ, endereço e telefones atualizados. Neste caso, deverá o Pregoeiro responder em um prazo de 24 (vinte e quatro) horas, podendo valer-se de respaldo da Procuradoria Jurídica da Caesb e/ou da área técnica demandante, caso não disponha de elementos suficientes para responder a questão.
- 6.2. Em caso de a impugnação ser considerada pertinente, o edital será modificado, sendo designada nova data para o certame.

## **7. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO**

- 7.1. Poderá participar da presente licitação qualquer licitante que satisfaça às condições estabelecidas neste edital e em seus anexos.
- 7.2. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio de digitação da chave e senha, pessoal e intransferível, do representante credenciado e subsequente encaminhamento da Proposta de Preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

Observação: A informação dos dados para acesso ao sistema deve ser feita na página inicial no site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), opção “Acesso Identificado”.

- 7.3. Como requisito para participação no Pregão, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital.
- 7.4. Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.5. Estarão impedidas de participar, direta ou indiretamente, desta licitação:

- I - Empresas entre cujos dirigentes, gerentes, sócios e responsáveis técnicos, haja alguém que seja servidor ou dirigente da Caesb, bem como o responsável pelo Pregão,
- II - Empresas consideradas inidôneas por órgão ou entidade da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal,
- III- Empresas suspensas de licitar/contratar com órgão ou entidade da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, e
- IV- Pessoa jurídica, cujo administrador, proprietário ou sócio com poder de direção se enquadrem em alguma das restrições do Decreto nº 32.751/2011, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal do dia 07/02/2011.

7.6. As microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas na Lei Complementar nº 123/2006, deverão também se declarar como tais na sua Proposta de Preços a ser enviada pelo sistema eletrônico. Não o fazendo significa renúncia expressa e consciente, desobrigando o Pregoeiro, dos benefícios de preferência da Lei Complementar nº 123/2006 aplicáveis ao presente certame.

7.7. Não será levada em consideração Proposta de Preços apresentada por consórcio de firmas.

7.8. A participação na licitação implica em aceitação integral e irretratável dos termos e conteúdos deste edital e de seus anexos, regulamentos, instruções e leis aplicáveis.

## **8. CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES-E**

8.1. As licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor, ou seja, no [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) do Banco do Brasil S.A.

8.2. Os interessados em participar do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis) para acesso ao sistema eletrônico (licitações-e), obtidas junto às agências do Banco do Brasil S.A., sediadas no país.

8.3. A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer Pregão Eletrônico, salvo quando cancelada por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Caesb, devidamente justificado.

8.4. O sigilo da senha é de exclusiva responsabilidade do usuário, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante.

- 8.5. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.
- 8.6. Devido à necessidade de identificação pelo Pregoeiro, as microempresas e as empresas de pequeno porte, nos termos do Artigo 72 da Lei Complementar nº 123/2006, deverão cadastrar-se acrescidas das expressões “ME” ou “EPP” à sua firma ou denominação.
- 8.7. As microempresas e as empresas de pequeno porte que já estiverem cadastradas e não utilizarem as extensões “ME” ou “EPP”, deverão fazer a retificação de sua razão social antes do envio da Proposta Eletrônica.
- 8.8. O descumprimento da lei, sem prejuízo das sanções cabíveis, não acrescentando ao nome cadastrado no aplicativo “licitações-e” as extensões “ME” ou “EPP”, significa renúncia expressa e consciente, desobrigando o Pregoeiro, dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 aplicáveis à presente licitação.
- 8.9. A responsabilidade pela declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte é única e exclusiva da licitante que, inclusive, se sujeita a todas as consequências legais que possam advir do enquadramento falso ou errôneo.

## **9. DA FORMALIZAÇÃO DE PROPOSTAS**

### **9.1. Da Proposta Eletrônica**

- 9.1.1. As Propostas de Preços deverão ser formalizadas em campo próprio do Pregão no site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), enviadas ou descritas, com manifestação de que tem pleno conhecimento e que atende às exigências de habilitação e demais condições do edital e seus anexos.
- 9.1.2. O Pregoeiro classificará as Propostas Eletrônicas recebidas e que estejam em perfeita consonância com as especificações e condições do objeto detalhados pelo edital, cabendo em caso de dúvida, diligenciar ao setor solicitante.
- 9.1.3. As microempresas e empresas de pequeno porte (Lei Complementar nº 123/2006), deverão se declarar como tais na sua Proposta de Preços, a ser enviada por meio do sistema eletrônico, desde que não enquadradas nas hipóteses do Parágrafo 4º, do Artigo 3º daquela lei.
- 9.1.4. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento, concordância e atendimento às exigências de habilitação previstas neste edital. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 9.1.5. Há obrigatoriedade de oferta para totalidade do lote, sob pena de desclassificação da proposta.

## 9.2. Da Proposta Original

- 9.2.1. A Proposta de Preços deverá ser emitida em papel timbrado da licitante, perfeitamente legível, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, de preferência com folhas numeradas sequencialmente.
- 9.2.2. A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias consecutivos, a contar da data de abertura do Pregão, de conformidade com o que estabelece o Parágrafo 4º do Artigo 27 do Decreto nº 5.450/05, combinado com o Artigo 110 e com o Parágrafo 3º do Artigo 64 da Lei 8.666/93.
- 9.2.3. Todas as condições estabelecidas nos anexos serão tacitamente aceitas pelo proponente.
- 9.2.4. A Proposta de Preços na forma prevista neste edital, deverá conter sob pena de desclassificação os seguintes elementos:

a) Carta Proposta de Preços constando o seguinte:

- a.1) Valor total da proposta de preços em termos de preço global ofertado pela licitante para a execução dos serviços.

Observações:

- 1) A Caesb pagará pela execução dos serviços e fornecimento de materiais ou equipamentos aplicados, objeto desta licitação, o preço global proposto pela licitante vencedora.
  - 2) Nos preços unitários e no valor total de cada item deverão ser utilizadas 02 (duas) casas decimais sem arredondamento, desconsiderando-se as demais.
- a.2) Declaração de que no preço global proposto estejam incluídos todos os custos, diretos e indiretos, para perfeita execução dos serviços, materiais, mão de obra, especializada ou não, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, transportes, cargas e descargas em geral, encargos da legislação social, trabalhista e previdenciária, da infortunística do trabalho e responsabilidade civil, por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, encargos e custos financeiros, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa dos serviços, conforme especificações constantes deste edital, sem que lhe caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação à Caesb.
- a.3) Declaração de que a empresa acatará a retenção antecipada do ISS em suas faturas nas alíquotas definidas no Decreto nº 14.122, de 19 de agosto de 1992, que regulamenta a Lei nº 294, de 21/07/92, Decreto nº 25.508, de 19 de janeiro de 2005 (regulamento do ISS) e alterações posteriores do Distrito Federal.



- a.4) Assinatura de pessoa devidamente habilitada ou credenciada, ficando a mesma, a critério do Pregoeiro, sujeita à comprovação,
  - a.5) Prazo de execução dos serviços, observado o Termo de Referência, anexo I, do edital, e
  - a.6) Declaração de que possui pleno conhecimento dos locais e das condições de trabalho para a execução de todos os serviços, nada tendo a reclamar quanto às dificuldades geradas por condições adversas de trabalho, salvo por motivos de força maior; e
  - a.7) Declaração de que se sujeita, inteira e plenamente, às condições do edital e de seus anexos.
- b) Planilha de Preços elaborada em papel timbrado da licitante constando os quantitativos dos serviços a serem executados e de materiais/equipamentos a serem aplicados/instalados pela licitante com os respectivos preços unitários, totais e o global.

Observação: Para efeito de uniformização das propostas, recomenda-se utilizar o Modelo, do anexo I.

- 9.3. As propostas das licitantes poderão ser enviadas, substituídas e excluídas até a data e hora definidas em edital.
- 9.4. Após o prazo previsto para acolhimento, o sistema não aceitará a inclusão ou alteração de propostas.

## **10. DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO E DOS LANCES**

- 10.1. Após a abertura das propostas, no horário previsto neste edital, o Pregoeiro iniciará a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das Propostas de Preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.
- 10.2. Analisadas as propostas, o Pregoeiro fará a divulgação e convidará as licitantes a apresentarem lances através do sistema eletrônico, observado o horário estabelecido e as regras da aceitação dos lances.
- 10.3. Durante o transcurso da Sessão Pública serão divulgadas, em tempo real, todas as mensagens trocadas no chat do sistema inclusive valor e horário do menor lance registrado apresentado pelas licitantes, vedada a identificação do fornecedor.
- 10.4. Só serão aceitos lances cujos valores sejam inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado pelo sistema.

- 10.5. Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 10.6. Caso o proponente não realize lances, permanecerá o valor das Propostas Eletrônicas apresentadas, para efeito da classificação final.
- 10.7. No caso de desconexão do Pregoeiro com o sistema licitações-e, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico permanecerá acessível às licitantes para a recepção dos lances. O Pregoeiro, assim que possível, dará continuidade ao certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 10.8. Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão na forma eletrônico será suspensa e reiniciada somente após comunicação, por mensagem, do Pregoeiro aos participantes, postada no sistema eletrônico licitações-e – [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), no “campo” mensagens.
- 10.9. A etapa de lances da Sessão Pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido por sistema eletrônico e/ou Pregoeiro, após o que transcorrerá período de até 30 minutos, aleatoriamente, definido pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção dos lances.
- 10.10. Após o encerramento da etapa de lances da Sessão Pública, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta da licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento. Não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.
- 10.11. O Sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.
- 10.12. Encerrada a etapa de lances da Sessão Pública serão observados os procedimentos para o caso de participação de ME e/ou EPP.

## **11. ENCERRADA A ETAPA DE LANCES DA SESSÃO PÚBLICA**

- 11.1. Sendo aceitável a oferta de menor preço por lote, o sistema informará quem é a licitante detentora da melhor oferta e esta deverá comprovar sua situação de regularidade. Essa comprovação se efetivará mediante encaminhamento da documentação exigida no edital, bem como da proposta atualizada após a sessão de lances e negociação, em uma via, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo representante legal da empresa, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo razão social, CNPJ, Inscrição Estadual ou Distrital, se houver.
- 11.2. Os documentos do item 13-Documentação para Habilitação e Proposta de Preços deverão ser entregues na Caesb, em originais ou cópias autenticadas, em até 03 (três) dias úteis a contar do encerramento da sessão de disputa.



Notas:

- 1) O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação e da Proposta de Preços dentro do prazo acima estabelecido acarretará a desclassificação da licitante, além das sanções previstas neste edital e na Legislação, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou lance subsequente, que deverá, obrigatoriamente, observar o mesmo prazo estabelecido no edital.
- 2) A licitante arrematante de lotes deverá comprovar a situação de regularidade mediante encaminhamento da documentação original ou cópia autenticada dos documentos solicitados no item 13-Documentação para Habilitação, bem como a Proposta de Preços detalhada.
- 3) Os documentos de habilitação e propostas de preços deverão ser encaminhados para o endereço citado no item 5-Esclarecimentos de Dúvidas sobre o Edital, deste edital, em envelope fechado, com os seguintes dizeres em sua parte externa e frontal:

Envelope com Documentação de Habilitação e Proposta de Preços Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – Caesb. Edital de Pregão Eletrônico – PE XX/XXXX. Razão Social do Proponente e CNPJ.
--

## **12. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

- 12.1. A partir do horário e do dia previstos no sistema "licitações-e", o Pregoeiro fará a abertura e divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das mesmas.
- 12.2. Todas as propostas classificadas terão seus valores considerados como lances na fase de disputas e ordenadas por valor, de forma crescente.
- 12.3. Havendo inoperância do sistema licitações-e por motivos alheios a vontade da Caesb, o Pregoeiro enviará mensagem às licitantes por meio do aplicativo do sistema. As licitantes deverão visualizar as mensagens clicando em “consultar mensagens”.
- 12.4. A licitante, ao acessar a sala de disputa, terá a visão do melhor lance ofertado na disputa, de seu lance e da relação dos lances. O sistema apresentará apenas o melhor lance (Lance Ofertado) de cada fornecedor. Para a licitante visualizar essas informações deverá clicar no botão “Detalhes Disputa” que estará disponível no canto superior direito da tela, quando o lote estiver em disputa.
- 12.5. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes ou seus representantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado, os participantes serão informados, em tempo real, de seu

recebimento, respectivo horário de registro e valor. O sistema não identificará o autor do lance aos demais participantes.

- 12.6. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

12.7. **Empate Ficto**

- 12.7.1. Aplicam-se no Julgamento das Propostas, as exceções previstas nos Artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, em relação às microempresas e empresas de pequeno porte.

- 12.7.2. No caso de microempresas e/ou empresas de pequeno porte ficarem com o percentual de até 5% (cinco por cento) superior ao menor preço, será considerado empate. A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá, se houver interesse, efetuar lance de valor inferior ao menor preço já registrado.

- 12.7.3. O procedimento de empate será detectado automaticamente na sala de disputa. Encerrado o tempo randômico o sistema identificará a existência da situação de empate informando o nome da empresa. Em seguida, o sistema habilitará para o Pregoeiro o botão “Convocar” que permitirá a convocação da empresa que se encontra em situação de empate. Acionado o botão, o sistema emitirá nova mensagem informando para a empresa em situação de empate que deverá, em 5 (cinco) minutos ofertar novo lance, inferior ao menor lance registrado para o lote. Durante o período, apenas a empresa convocada poderá registrar o novo lance.

- 12.7.4. Não havendo manifestação da empresa, o sistema verifica se há outra situação de empate, realizando o chamado de forma automática. Não havendo mais nenhuma empresa em situação de empate, o sistema emitirá mensagem, cabendo ao Pregoeiro dar encerramento à disputa do lote.

- 12.7.5. Sendo a empresa declarada vencedora microempresa ou empresa de pequeno porte torna sem efeito o item 12.7 e seus subitens

- 12.8. Encerrada a etapa de disputa de lances, será aberta automaticamente fase para considerações finais pelo Pregoeiro. Ele poderá encerrar a disputa após as suas considerações.

12.9. **Contraproposta**

- 12.9.1. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro poderá solicitar contraproposta à licitante que apresentou o melhor lance por meio do sistema, enquanto o lote estiver arrematado acessando a sequência “Relatório da disputa” para cada lote disputado e “contraproposta” no site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).

12.10. **Critério de Julgamento**

12.10.1. O critério a ser utilizado na avaliação e julgamento das propostas será o de menor preço global, por lote cotado, desde que atendidas às exigências e as especificações do edital e de seus anexos.

**12.11. O Pregoeiro desclassificará as propostas/licitantes**

- a) Após a fase de lances e/ou após negociação estiverem com preços superiores aos estimados pela Caesb;
- b) Contiverem qualquer limitação, reserva ou condições contrastantes com as do presente edital;
- c) Não tiverem inclusos os impostos e demais custos nos preços unitários, totais e global;
- d) Não ofertar a totalidade do lote em sua Proposta de Preços;
- e) Não enviarem os Documentos de Habilitação e da Proposta de Preços dentro do prazo estabelecido no edital.
- f) Planilhas de preços, por lote, elaborada em papel timbrado da licitante constando os quantitativos dos serviços a serem executados e de materiais/equipamentos a serem aplicados/instalados pela licitante com os respectivos preços unitários, totais e o global do lote.

**Observações:**

- 1) Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, nem preço ou vantagem, baseado nas ofertas das demais licitantes, e
- 2) A Caesb se reserva o direito de recusar qualquer das propostas ou todas em conjunto, caso ocorra algum dos itens referentes à inaceitabilidade das mesmas.

**12.12. Avaliação e julgamento da habilitação**

12.12.1. Os documentos para habilitação serão examinados pelo Pregoeiro, observando-se os seguintes critérios:

- a) Será inabilitada a empresa que deixar de apresentar quaisquer dos documentos solicitados no item 13-Documentação para Habilitação ou o fizer de maneira incompleta ou incorreta.
- b) O Pregoeiro avaliará o mérito dos documentos e das informações prestadas bem como julgará as qualificações técnica, econômica e financeira de cada licitante, quando for o caso.

- 12.13. O Pregoeiro poderá solicitar das licitantes, em todas as fases da licitação, quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos se entender que são necessários para o seu julgamento, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.
- 12.13.1. No julgamento da habilitação e das propostas de preços, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 12.14. Os casos omissos no presente edital serão resolvidos pelo Pregoeiro.

### **13. DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO**

- 13.1. Para habilitação das licitantes será exigido:
- 13.1.1. Documentação relativa à **Habilitação Jurídica**, que consistirá de:
- a) Registro comercial, em caso de empresa individual;
  - b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus atuais administradores;
  - c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
  - d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 13.1.2. Documentação relativa à **Regularidade Fiscal e Trabalhista**, que consistirá de:
- a) Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC/MF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) relativo à sede da licitante;
  - b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, municipal ou do Distrito Federal (DF), se houver, relativo ao domicílio ou à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
  - c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal do domicílio ou sede da licitante, que consistirá de certidões negativas:

c.1) Quanto à Dívida Ativa da União expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda, e

c.2) Quanto à quitação de tributos federais expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

Observação: A Certidão Conjunta da Dívida Ativa da União com a de Tributos Federais substitui as Alíneas “c.1” e “c.2” acima.

d) Prova de regularidade através de certidão negativa expedida pela Fazenda Estadual ou Distrital (DF) do domicílio ou sede da licitante;

e) Prova de regularidade através de certidão negativa expedida pela Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;

f) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, compreendendo:

f.1) Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, conforme Decreto nº 6.106, de 30/04/2007, e

f.2) Certificado de regularidade do FGTS - CRF emitido pela Caixa Econômica Federal-Caixa, conforme Lei nº 8.036/90 e, em especial, Circular nº 392/Caixa, de 25/10/2006.

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa (CNDT), conforme Lei nº 12.440, de 07/07/2011.

Observação: Os documentos deste item que não tiverem expresse o prazo de validade deverão estar datados dos últimos 60 (sessenta) dias, com exceção do referido nas letras “a” e “b”.

13.1.3. Documentação relativa à **Qualificação Econômico-Financeira**, consistindo de:

a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da licitante datada dos últimos 90 (noventa) dias ou que esteja dentro do prazo de validade expressa na própria certidão.

b) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes provisórios, podendo ser atualizados por intermédio do INPC ou índice que venha a substituí-lo, quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta. A licitante que ainda não encerrou o seu primeiro exercício social, por ter sido constituída há menos de um

ano, deverá apresentar, em substituição ao Balanço Patrimonial, o Balanço de abertura de sua empresa (conforme disposto no Artigo 31, Inciso I, da Lei nº 8.666/93 e Decisões nº 6458/2005 e 6459/2005 do Tribunal de Contas do Distrito Federal). A comprovação da boa situação da empresa será verificada através dos Índices Contábeis abaixo e será inabilitada a licitante que não comprová-los para o último exercício.

**b.1) ILC:** Índice de Liquidez Corrente com valor igual ou superior a **1,00** (um vírgula zero zero);

**b.2) ILG:** Índice de Liquidez Geral com valor igual ou superior a **1,00** (um vírgula zero zero);

**b.3) SG:** Solvência Geral com valor igual ou superior a **1,00** (um vírgula zero zero).

#### **Fórmulas de Cálculo:**

$$ILC = AC/PC$$

$$ILG = (AC + ARLP) / (PC + P-NC)$$

$$SG = \{ AT / (PC + P-NC) \}$$

#### **Siglas:**

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo

P-NC = Passivo Não Circulante

AT = Ativo Total

**Nota:** As licitantes que apresentarem resultado menor que 1 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) do valor estimado do lote que está participando, conforme Pedido de Aquisição/Termo de Referência, do edital.

A comprovação deverá ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, ou seja, no caso do pregão, quando da comprovação da habilitação, por meio do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último Exercício Social, conforme estabelecido na alínea “b” deste subitem.

**Observação:** A licitante que participar de mais de um lote deverá comprovar o patrimônio líquido igual à soma dos patrimônios exigidos para cada lote.

13.1.4. Documentação relativa à **Qualificação Técnica**, que consistirá de:



- a) Certidão de Registro expedida pelo CREA ou CAU de qualquer unidade da federação.
- b) Capacitação técnico-operacional da empresa

A licitante deverá comprovar que já executou serviço para órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou Indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal ou ainda, para empresas de direito privado, por meio da apresentação de Atestado Técnico emitido pelo contratante da execução de atividades com natureza semelhantes com o objeto.

- 13.1.5. Declaração expressa de que cumpre o disposto no inciso XXXIII do **Artigo 7º da Constituição Federal** – "Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos", conforme exigido no Inciso V, do Artigo 27, da Lei nº 8.666/93, conforme modelo deste edital.
- 13.1.6. A licitante deverá apresentar, caso seja fabricante dos produtos ofertados, comprovação de regularidade no **Cadastro Técnico Federal – CTF do IBAMA**. Caso seja revendedor ou representante deverá apresentar o CTF da respectiva indústria.
- 13.1.7. Declaração de que não está sob pena de interdição temporária de direitos, de que trata a Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 (Crimes Ambientais).
- 13.2. Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - **SICAF**

A documentação exigida para atender aos itens 13.1.1, 13.1.2 (exceto a alínea "g") e 13.1.3 poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG (Consulta Situação de Fornecedor), de acordo com o Parágrafo Único do Artigo 14 do Decreto nº 5.450 de 31 de maio de 2005.

Notas:

- 1) A consulta será realizada pelo Pregoeiro ou Equipe de Apoio "on-line" no SICAF (para os licitantes que o possuam), conforme Artigo 25 §§ 1º e 2º do Decreto 5.450/05. O Pregoeiro verificará, também, o cumprimento às demais exigências para habilitação contidas neste edital.
- 2) Os documentos relativos aos requisitos não compreendidos e/ou vencidos no SICAF e exigidos para habilitação neste certame deverão ser apresentados pela licitante.
- 3) Na hipótese de comprovação da habilitação por meio de SICAF ficará a licitante obrigada a apresentar a Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo da Habilitação, de acordo com o Parágrafo Segundo, do Artigo 32, da Lei nº 8.666/93, conforme Modelo do edital.

13.3. Microempresa e empresa de pequeno porte

13.3.1. Havendo alguma restrição na Comprovação da Regularidade Fiscal, as microempresas e empresas de pequeno porte terão prazo adicional de 02 (dois) dias úteis, podendo ser prorrogável por igual período, a critério da Caesb, contado da decisão do Pregoeiro que declarar a empresa vencedora do certame para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

Observações:

- a) A não regularização da documentação, no prazo previsto nesta condição, implicará desclassificação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura da ordem de entrega ou proporá revogação deste Pregão.
- b) Em caso de atraso por parte dos órgãos competentes para emissão de certidões negativas de débito ou certidões positivas com efeitos de negativas, a licitante poderá apresentar à Caesb outro documento que comprove a extinção ou suspensão do crédito tributário, respectivamente nos termos dos Artigos 156 e 151 do Código Tributário Nacional. Neste caso, a licitante terá o prazo de 10 (dez) dias para a apresentação.
- c) Para efeito de apresentação dos documentos e certidões acima mencionados, não serão aceitos quaisquer protocolos.

13.4. Todos os documentos apresentados deverão estar:

- a) Em nome da licitante e preferencialmente com o número do CNPJ e endereço respectivo;
- b) Em nome da matriz/sede;
- c) Se a prestadora de serviços for filial, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz/sede e da filial simultaneamente. Deverá ser observada a Circular nº 392 da Caixa Econômica Federal, de 25/10/2006 quanto ao FGTS.
  - c.1) Serão dispensados da filial, aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, só possam ser emitidos em nome da matriz/sede;
- d) Com datas e caracteres legíveis e sem rasuras.

13.5. Para facilitar a análise dos documentos pelo Pregoeiro e evitar o extravio de alguma folha, os documentos solicitados deverão ser apresentados, de preferência, ordenados na sequência solicitada e numerados.

- 13.5.1. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que por sua natureza não contenham validade.

#### **14. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

- 14.1. Declarado o vencedor, o que ocorrerá até às 15h, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, em campo próprio no sistema Licitações-E até às 18h do mesmo dia, devendo o reclamante juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias úteis e entregues na Caesb. Os demais licitantes ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista franqueada dos autos.
- 14.2. Os recursos e as contrarrazões, dirigidos ao Pregoeiro da Licitação, deverão ser recebidos pelo Pregoeiro, em original e no prazo definido no item anterior, no endereço constante do item 5-Esclarecimentos de Dúvidas sobre o Edital, do edital.
- 14.3. Não serão aceitos nem processados recursos fora do prazo ou quando o recorrente não houver indicado motivadamente sua intenção de recorrer no prazo estipulado subsequente à declaração do vencedor.
- 14.4. Caberá ao Pregoeiro receber, examinar e instruir os recursos impetrados contra sua decisão e à autoridade competente a decisão final sobre os recursos impetrados em que o Pregoeiro mantenha sua decisão, bem como adjudicação dos lotes reclamados e homologação da licitação.
- 14.5. Os recursos serão decididos em até 05 (cinco) dias úteis a contar do término do prazo para contrarrazões.
- 14.6. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 14.7. Os recursos contra decisão do Pregoeiro não terão efeito suspensivo.

#### **15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

- 15.1. A falta de manifestação da licitante no prazo previsto no subitem 14.1 do item 14-Dos Recursos Administrativos, do edital, quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.
- 15.2. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.
- 15.3. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

15.4. Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para retirar o contrato no prazo e condições definidos neste edital.

15.5. Deverá ser observado o contido no artigo 13º do Decreto nº 5.450 de 31 de maio de 2005, que possui a seguinte redação:

Inciso III - A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, no sistema eletrônico, assumindo como formais e verdadeiras suas propostas e lances.

Inciso IV - Incumbirá, ainda, à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

#### **16. PRAZOS E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS OU RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO**

16.1. A Caesb convocará a licitante vencedora da licitação para assinar a Ata de Registro de Preços, dentro do prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, contados da notificação. Este prazo será prorrogado uma vez, por igual período, quando por ela solicitado, durante o transcurso do primeiro e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Caesb. Findo o citado prazo será considerado descumprimento total da obrigação, sujeitando a vencedora às penalidades previstas neste edital.

16.1.1. É facultado à Caesb, quando a licitante vencedora não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos (inclusive quanto às condições de habilitação por ocasião da assinatura da ata) e/ou recusar-se a assiná-la, convocar as licitantes remanescentes na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista neste edital.

16.2. Ao assinar a Ata de Registro de Preços a empresa vencedora obriga-se a fornecer os bens a ela atribuídos, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital.

16.3. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, havendo necessidade de adquirir o objeto, a Caesb convocará a empresa cujo preço foi registrado para a retirada da perspectiva Nota de Empenho.

16.4. A convocação de que trata o item anterior deverá ser atendida no prazo máximo de três dias, prorrogável uma vez por igual período, sob pena de decair o direito da contratação e de serem aplicadas as sanções previstas neste edital e no Artigo 28 do Decreto nº 5.450/05.

- 16.5. A Nota de Empenho substitui o instrumento de contrato, nos termos do Artigo 62, caput e §4º da Lei nº 8.666/93, e a adjudicatária passa à condição de contratada após recebê-la.
- 16.6. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 16.6.1. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder aos limites aqui estabelecidos salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

## **17. ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 17.1. Durante o prazo de validade do Registro de Preços a Caesb não ficará obrigada a comprar os produtos objeto deste procedimento exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo realizar licitações ou proceder a outras formas de aquisição quando julgar conveniente, desde que obedecida a legislação pertinente, ficando assegurado ao beneficiário do Registro de Preços a preferência em igualdade de condições.
- 17.1.1. O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do Registro quando a Caesb optar pela aquisição por meio legalmente permitido e o preço cotado neste for igual ou superior ao registrado em favor do Beneficiário.
- 17.1.2. Excepcionalmente, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objeto de qualidade ou desempenho superior, devidamente justificada e comprovada a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.
- 17.2. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no Artigo 65 da Lei nº 8.666/93.
- 17.2.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, e caberá à GLG/DG/Caesb promover as necessárias negociações com os Fornecedores.
- 17.2.2. Se o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao praticado no mercado, a Caesb deverá:
- Convocar os fornecedores para negociar a redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado, e, se frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
  - Convocar os demais fornecedores com igual oportunidade de negociação.

- 17.2.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder manter o compromisso, a Caesb poderá:
- Liberar o fornecedor do compromisso assumido sem aplicação da penalidade, desde que a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, após confirmar a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
  - Convocar os demais fornecedores com igual oportunidade de negociação..
- 17.2.4. Se as negociações restarem sem êxito, a Caesb deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços pela adoção de medidas cabíveis para obtenção de contrato mais vantajoso.

## **18. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 18.1. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:
- 18.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preço;
- 18.1.2. Deixar de retirar a respectiva ordem de fornecimento, Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 18.1.3. Recusar-se a reduzir seu preço registrado, na hipótese de esse se tornar superiores aos de mercado; e
- 18.1.4. Estiverem presentes razões de interesse público;
- 18.2. O cancelamento de registro nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.
- 18.3. O fornecedor poderá, com antecedência de sessenta dias, solicitar o cancelamento do seu Registro de Preços, na ocorrência de fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior devidamente comprovado.

## **19. GARANTIA PARA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

- 19.1. Não há necessidade de recolhimento de garantia para execução do contrato a ser firmado com a Caesb para o fornecimento do objeto.

## **20. PAGAMENTO**

- 20.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos, contados da data de protocolização da documentação fiscal e/ou da entrega do objeto, desde que efetuada a entrega, em conformidade com este edital. O



pagamento aos fornecedores e prestadores de serviços somente poderá ser efetuado após a apresentação das certidões negativas do INSS, GDF e Certificado de regularidade do FGTS com prazos de validade vigente na data do efetivo pagamento, nos termos do Artigo 63 do Decreto nº 32.598/2010 e das Decisões nºs 7.243/97, 3.154/98 e 2.321/99 do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

20.2. Os pagamentos decorrentes das obrigações estabelecidas no ato convocatório serão realizados em moeda nacional, ou seja, em Real. Todo o objeto fornecido pela contratada será considerado em condições de ser recebido quando, medido e entregue no local determinado pela Caesb, tiver sido conferido e ensaiado/testado e ter atendido as especificações técnicas de que trata o anexo I do presente edital.

20.3. Os pagamentos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) serão efetuados, exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome da beneficiária, no Banco de Brasília S/A - BRB, em observância ao disposto no Artigo 6º, do Decreto nº 32.767, de 17 de fevereiro de 2011, do GDF, publicado no Diário Oficial do DF, em 17 de fevereiro de 2011, o qual obriga à Caesb efetuar os pagamentos, exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome da beneficiária, no Banco de Brasília S/A–BRB.

Parágrafo único. Excluem-se das disposições deste item:

- I- Os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pelo Governo Federal;
- II- Os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude da legislação federal, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos;
- III- Os pagamentos a empresas de outros estados da federação que não mantenham filiais e/ou representações no DF e que venceram processo Licitatório no âmbito do Governo do Distrito Federal.

20.4. Na documentação fiscal deverão constar obrigatoriamente o número do contrato celebrado com a Caesb e o da conta corrente da contratada, no Banco de Brasília S.A, observado o item anterior.

20.5. Atualização monetária

Caso o pagamento ocorra após o 30º dia da apresentação da fatura, caberá a atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento será efetuada com base na média da variação do INPC/IGP-DI – Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – Coluna 02 – da RCE – FGV – Revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas (Artigo 55, Inciso III, da Lei nº 8.666/93 e Resolução nº 29/96-CA-Caesb).

## **21. REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

- 21.1. Os valores constantes da Ata de Registro de Preços admitem revisão na forma disciplinada no Decreto nº 3.931/2001.

## **22. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 22.1. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente Pregão, serão aplicadas as penalidades estabelecidas no Decreto 26.851/2006, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº. 103 de 31 de maio de 2005, pág. 05 a 7 e alterações posteriores, que regulamentaram a aplicação das sanções administrativas previstas nas Leis Federais Lei nº. 8.666/93 e 10.520/2002.
- 22.2. A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas previstas neste edital e dos contratos dele decorrente, em face do disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei 8.666/93 e do artigo 7º da Lei 10.520/2002, serão obedecidos no âmbito da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e das Empresas Públicas do Distrito Federal, às normas estabelecidas no referido Decreto Distrital.
- 22.3. Se o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar, aceitar e retirar o contrato, estará sujeito às penalidades previstas no edital, no art. 150 da Lei 15.608/07 e no art. 7 da Lei 10.520/02. Neste caso, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, e a habilitação das licitantes, observada a ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo, convocado para negociar redução do preço ofertado.
- 22.4. **Rescisão**
- 22.4.1. O contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos nos Artigos 77 e 78 e nas formas estabelecidas no Artigo 79, todos da Lei n.º 8.666/93.
- 22.4.2. Constitui causa de rescisão contratual a ocorrência de subcontratação total, em qualquer caso, ou parcial em desacordo com a admitida neste edital.
- 22.4.3. Fica expressamente acordado que, em caso de rescisão, nenhuma remuneração será cabível, a não ser o ressarcimento de despesas autorizadas pela Caesb e comprovadamente realizadas pela contratada, previstas no contrato. Em caso de cisão, incorporação ou fusão da contratada com outras empresas, caberá à Caesb decidir sobre a continuidade do contrato.
- 22.4.4. A rescisão, por algum dos motivos previstos na Lei n.º 8.666/93, não dará à contratada direito a indenização a qualquer título, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.
- 22.4.5. A rescisão acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte da Caesb, a retenção dos créditos decorrentes do

contrato, limitada ao valor dos prejuízos causados, além das sanções previstas no ajuste, até a completa indenização dos danos.

### **23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 23.1. Fica reservado à Caesb o direito de vetar, a qualquer momento, a utilização de qualquer tipo de material, produto ou equipamento fora da especificação do presente edital ou das Normas Brasileiras (NBR), não isentando, entretanto, a contratada, da responsabilidade pelos defeitos ou ineficiência de desempenho que os equipamentos ou materiais e produtos utilizados venham a apresentar. A não aceitação, pela Caesb, de qualquer material, produto ou equipamento não dará à contratada direito de prorrogação de prazo.
- 23.2. Em caso de se obter isenções dos impostos que incidirão sobre o objeto da licitação, tais valores se reverterão em favor da Caesb.
- 23.2.1. Quanto ao ICMS, nas operações interestaduais, observar-se-ão alíquotas previstas na Resolução nº 22/89, do Senado Federal, tendo em vista o fato de a Caesb ser contribuinte do ICMS, com cadastro fiscal no Distrito Federal, sob o nº CF/DF 07324667/001-67.
- 23.3. Todo e qualquer ônus referente a direitos de propriedade industrial, marcas e patentes, segredos comerciais e outros direitos de terceiros, bem como por violação dos mesmos, suas consequências e efeitos jurídicos, são de responsabilidade da contratada que deverá responder pelos mesmos e defender a Caesb, em juízo ou fora dele, contra eventuais reclamações relacionadas com o assunto.
- 23.4. Observado o disposto no Artigo 49, da Lei nº 8.666/93, a Caesb se reserva o direito de revogar ou anular, total ou parcialmente a presente licitação ou adjudicar o fornecimento do objeto no todo ou em parte.
- 23.5. Todos os prazos informados no presente edital, a menos que explicitamente indicados, entendem-se como estabelecidos em dias consecutivos.
- 23.6. Caso nas datas previstas para realização dos eventos da presente licitação não haja expediente na Caesb, não havendo retificação de convocação, aqueles eventos serão realizados no primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e hora previstos, independentemente de comunicação às interessadas.
- 23.7. Toda e qualquer informação posterior a publicação, tais como respostas a esclarecimentos, prorrogações e revogações serão disponibilizadas no site do Banco do Brasil S.A., [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), na lista de documentos da licitação ou por mensagem no campo específico, sendo de responsabilidade das licitantes acessá-las para obtê-las.
- 23.8. Toda documentação referente a presente licitação, incluindo a proposta e seus anexos, deverá ser redigida em língua portuguesa.

- 23.9. Todas as referências de tempo no edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília - DF.
- 23.10. O órgão da Caesb responsável pela execução da Nota de Empenho consta do Termo de Referência, anexo I, do edital, a quem caberá a aplicação das penalidades e designação formal do fiscal pelo contrato.
- 23.11. A responsabilidade dos fornecimentos cabe, exclusivamente, à contratada que se obriga a obedecer às normas e especificações da ABNT e às indicadas neste edital.
- 23.12. O Pregoeiro poderá solicitar das licitantes, em todas as fases da licitação, quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, se entender que são necessários para o seu julgamento.
- 23.13. **Foro**
- 23.13.1. O Foro da cidade de Brasília-DF será o competente para dirimir as questões oriundas desta licitação e da Nota de Empenho/Contrato, renunciando, as partes, desde já, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 23.13.2. Em caso de rescisão contratual, fica reconhecido o direito da administração, de acordo com a Decisão nº 10.695/96, do Tribunal de Contas do Distrito Federal.
- 23.13.3. A Caesb se reserva o direito de anular ou revogar a presente licitação, de acordo com o disposto no Artigo 49, da Lei nº 8.666/93, e adjudicar o fornecimento, no todo ou em parte.
- 23.13.4. O anexo I integra o presente edital, como se nele transcrito fosse.
- 23.13.5. O resultado do julgamento da presente licitação será divulgado na forma prevista em lei.

Brasília-DF, 05 de dezembro de 2012

**RAULINDO JÚNIOR NAVES REZENDE**  
Coordenador de Pregões

## MODELOS DE DECLARAÇÕES

(Utilizar papel timbrado da empresa)

À Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – Caesb

**REF.: Pregão Eletrônico PE-\_\_\_\_/2012-Caesb.**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio do seu responsável legal, o(a) Senhor(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, declara:

### **Declaração de empregador pessoa jurídica**

Para fins do disposto no Inciso V do Artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis.

( ) Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze, na condição de aprendiz.

### **Declaração de inexistência de fato impeditivo da habilitação**

Em atendimento à determinação contida nas normas insertas no Parágrafo 2º, do Artigo 32, da Lei nº 8.666/93, declaramos, sob as penalidades cabíveis, que inexistente qualquer fato impeditivo para a habilitação desta empresa nesta licitação.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração para que produza seus efeitos de direito.

### **Dados para elaboração da ATA de Registro de Preços**

Da empresa sede ou matriz

Empresa: \_\_\_\_\_

Endereço completo: (rua, número, bairro, cidade, estado, CEP)

CNPJ nº: \_\_\_\_\_ Inscrição Estadual nº: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_ Telefone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_

(Caso a empresa tenha filial ou representante no Distrito Federal preencher os dados conforme modelo da sede ou matriz. Caso não tenha filial ou representante no DF, declarar textualmente).

Do responsável:

Nome: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

Nacionalidade: \_\_\_\_\_ Estado civil: \_\_\_\_\_ Profissão: \_\_\_\_\_

Residência e domicílio: \_\_\_\_\_

Carteira de identidade (número e órgão expedidor): \_\_\_\_\_

CPF nº: \_\_\_\_\_ Cargo na empresa: \_\_\_\_\_

### **Autorização para Crédito no BRB**

Nota: Empresas de outros Estados da federação que não mantenham filiais e/ou representações no Distrito Federal-DF poderá indicar conta corrente de outro banco.

Vimos pela presente solicitar que todos os pagamentos para liquidação de notas fiscais emitidas por nossa empresa, sejam efetuados através de crédito em nossa conta corrente abaixo indicada:

Código do Banco: \_\_\_\_\_ Nome do Banco: \_\_\_\_\_  
Agência nº: \_\_\_\_\_ Nome da Agência: \_\_\_\_\_  
Número da Conta Corrente: \_\_\_\_\_  
Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

Declaramos que a conta corrente acima informada é de nossa exclusiva titularidade.

(Carimbo da Empresa)  
Assinatura do responsável legal  
Nome  
Cargo



## MODELO DE CARTA PROPOSTA DE PREÇOS

À  
Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - Caesb

**Ref.: Pregão Eletrônico PE-\_\_\_\_\_/2012–Caesb. Lote(s)\_\_\_\_\_.**

**Objeto:** Contratação de \_\_\_\_\_,

Prezados Senhores,

Apresentamos nossa proposta de preços, com quantitativos levantados pela nossa empresa e os respectivos preços unitários e totais, relativa ao objeto desta licitação, bem como as informações, condições da proposta e declarações exigidas no edital do Pregão Eletrônico acima citado, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na sua preparação.

1. Proposta de Preços: O nosso preço global para execução dos serviços é de R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_), conforme discriminado na Planilha de Preços, contendo os preços unitários e totais de cada item constante do lote cotado.

1.1 Acompanham a nossa proposta de preços, além de todos os demais julgados oportunos para a perfeita compreensão e avaliação da proposta:

- Planilha de preços com quantitativos levantados pela nossa empresa e os respectivos preços unitários, totais e global.

2. Declaração

2.1 Declaramos possuir pleno conhecimento dos locais e das condições de trabalho para a execução de todos os serviços, nada tendo a reclamar quanto às dificuldades geradas por condições adversas de trabalho, salvo por motivos de força maior.

2.2 Declaramos nos sujeitar, inteira e plenamente, às condições do edital e dos seus anexos.

3. Condições gerais da proposta

3.1 A Proposta de Preços tem validade de 60 (sessenta) dias contados da sua emissão.

3.2 A execução do objeto será de acordo com o indicado no Termo de Referência, anexo I, do edital.

3.3 Temos pleno conhecimento e atendemos às exigências de habilitação e demais condições da Proposta de Preços conforme edital e seus anexos.

Item	Qtd	Unid	Especificação dos Serviços	Valor Unitário (R\$)	Valor Total(R\$)

No campo de especificação, a licitante deverá, obrigatoriamente, descrever o serviço cotado detalhadamente.

<b>Valor Total dos Serviços (R\$)</b>					

(Carimbo da Empresa)  
Assinatura do responsável legal  
Nome  
Cargo

## ANEXO I

- Pedido de Aquisição (fls. 02 às fls. 04 do processo).
- Termo de Referência (fls. 89 às fls. 106 do processo).

**Nota:** Os arquivos acima encontram-se disponíveis para download, no campo “documentos”, no link deste pregão, no site do [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).

**ANEXO II**  
**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Ata de Registro de Preços nº: \_\_\_\_/\_\_\_\_

Processo nº: \_\_\_\_\_

**Licitação: Pregão Eletrônico PE - \_\_\_\_/2012-Caesb**

Validade: 12 (doze) meses, a partir da publicação no DODF.

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_\_, na Caesb, registra-se o(s) preço(s) da(s) empresa(s) abaixo identificada(s) para eventual fornecimento do Objeto, nos termos do Artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com a Lei Distrital nº 938/95, Lei Distrital nº 2.340/99, o Decreto Federal nº 3.931/2001 e os Decretos Distritais nº 21.928/2001 e 22.950/2002 e as demais Normas Legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº \_\_\_\_\_, publicada no DODF nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, página nº \_\_\_\_\_ e a respectiva homologação, conforme fls. \_\_\_\_\_ do Processo nº \_\_\_\_\_, observadas as condições do edital que integra este instrumento de Registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

**Cláusula I - Do objeto**

- 1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos produtos especificados no anexo I do edital de Pregão Eletrônico PE nº \_\_\_\_\_, que passa a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentada pela licitante, conforme consta nos autos do processo nº \_\_\_\_\_.
- 1.2. O Sistema de Registro de Preços não obriga a compra, nem mesmo nas quantidades indicadas no anexo I do edital e nesta Ata de Registro de Preços, podendo a Administração promover a aquisição em unidades de acordo com suas necessidades.

**Cláusula II - Da Validade do Registro de Preços**

- 2.1. O Registro de Preços formalizado na presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, cotados a partir da publicação no DODF.

**Cláusula III- Da Administração da presente Ata de Registro de Preços**

- 3.1. A Administração, ou Gerenciamento, da presente Ata caberá à \_\_\_\_\_.

#### Cláusula IV - Das condições de participação

- 4.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser usada, para a aquisição do respectivo objeto, pela Caesb.
- 4.1.1. A utilização referida neste item só será possível se o consumo da quantia estimada no anexo I do edital e desta Ata não tiver sido esgotado para o período.

#### Cláusula V - Do preço, especificação e consumo

- 5.1. O(S) preço(s) ofertado(s), especificação(ões) e consumo(s) médio(s) anual(is), marca(s) do(s) produto(s), empresa(s) e representante(s) legal(is), encontram-se enunciados na presente Ata.

#### Cláusula VI - Do local e prazo de entrega

- 6.1. O local de entrega será no Almoxarifado Central da Caesb, localizado no SIA, Trecho 1, Área Especial, via EPTG, em Brasília – DF, de acordo com o previsto no edital, em até \_\_\_\_ (\_\_\_\_) dias, a contar da data de recebimento e/ou retirada da Nota de Empenho, e/ou pedido de fornecimento ao detentor/representante legal.

#### Cláusula VII - Do pagamento

- 7.1. O pagamento será na forma prevista no edital da licitação que deu origem a esta Ata.

#### Cláusula VIII - Do contrato

- 8.1. Durante o prazo de validade do registro, as empresas detentoras poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, no edital e as determinações contidas na legislação pertinente.
- 8.2. O contrato de fornecimento será sempre representado pela Nota de Empenho, ou instrumento equivalente, e a sua celebração será formalizada pelo recebimento ou retirada pela detentora da Ata de Registro de Preços;
- 8.3. Aplica-se aos contratos de fornecimento decorrentes de Registro de Preços o disposto no Capítulo III, da Lei Federal nº 8.666/93, com suas respectivas alterações posteriores, no que couber.

#### Cláusula IX - Das condições de fornecimento

- 9.1. Cada compra deverá ser efetuada mediante autorização do gestor do Registro de Preços;

- 9.2. O(s) fornecedor(es) se obriga(m) a manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no edital da licitação que deu origem a esta Ata, especialmente às especificadas no anexo I do referido edital;
- 9.3. Fica estabelecido a obrigatoriedade do detentor da Ata no fornecimento com acréscimo de 25% (vinte cinco por cento), no consumo médio semestral, estipulado no anexo I do referido edital, conforme Artigo 65, § 1º da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem prévia comunicação;
- 9.4. Serão de responsabilidade do(s) concorrente(s) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídos por força da lei, relacionados com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços.

#### Cláusula X - Das penalidades

- 10.1. Pelo descumprimento de quaisquer Cláusulas ou condições do presente Pregão, serão aplicadas as penalidades estabelecidas no edital Pregão Eletrônico.

#### Cláusula XI - Dos Reajustamentos de Preços

- 11.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência do Registro, admitida revisão quanto houver desequilíbrio de equação econômico-financeiro inicial a Ata, nos termos da legislação que rege a matéria;
- 11.2. O reajustamento dos Preços Registrados somente será possível se autorizado por alteração das normas federais pertinentes à política econômica.

#### Cláusula XII - Do cancelamento da Ata de Registro de Preços

- 12.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito:
- 12.1.1. Pela Caesb, mediante comunicação da unidade requisitante, quando:
- 12.1.2. A(s) detentora(s) não cumprir(em) as obrigações dela constantes;
- 12.1.3. A(s) detentora(s) não retirar(em) a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua(s) justificativa(s);
- 12.1.4. A(s) detentora(s) der(em) causa a rescisão administrativa de contrato decorrente deste instrumento de Registro de Preços, em algumas hipóteses previstas no Artigo 78, Inciso I a XII e XVII, da Lei Federal nº 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores;



- 12.1.5. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente deste instrumento de Registro;
- 12.1.6. Os Preços Registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- 12.1.7. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.
- 12.2. Pela(s) detentora(s), quando mediante solicitação por escrito, comprovar(em) estar impossibilitada(s) de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer alguma das hipóteses contidas no Artigo 78, Incisos XIV e XVI, da Lei Federal nº 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores.
- 12.2.1. A solicitação da(s) detentora(s) para cancelamento dos Preços Registrados deverá ser dirigida à Superintendência de Logística - GLG, facultada a ela a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.
- 12.3. Ocorrendo o cancelamento do Registro de Preços ou desta Ata, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo este ser anexado ao processo que tiver dado origem ao Registro de Preços.
- 12.3.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da(s) detentora(s), a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, por 2 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o Preço Registrado a partir da última publicação.
- 12.3.2. Fica estabelecido que as Detentoras da Ata, deverão comunicar imediatamente à Caesb, qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência.

#### Cláusula XIII - Das alterações

- 13.1. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

#### Cláusula XIV - Das disposições finais

- 14.1. Integram esta Ata, o edital de Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_ e seus anexos, as propostas com preços, especificações, consumo médio anual, por item.
- 14.2. O(s) caso(s) omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal nº 8.883/94 e pela Lei Federal nº 9.648/98, e, com as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.

E por estarem assim justos e compromissados, foi lavrado este instrumento que, após lido, conferido e achado conforme vai assinada a presente Ata, pelas partes, na presença das testemunhas abaixo.

Empresa:

CNPJ:

Inscrição Estadual:

Telefone:

Endereço:

Item	Qty	Unid	Especificação dos Serviços	Valor Unitário (R\$)	Valor Total(R\$)
			No campo de especificação, a licitante deverá, obrigatoriamente, descrever o serviço cotado detalhadamente.		
Valor Total dos Serviços (R\$)					